

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.764
Preferenciais	0
Total	11.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	253.035	248.443
1.01	Ativo Circulante	109.009	103.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64	182
1.01.02	Aplicações Financeiras	96.564	92.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	96.564	92.442
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	96.564	92.442
1.01.03	Contas a Receber	7.939	7.108
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.939	7.108
1.01.03.02.01	Remuneração dos Investimentos	7.939	7.108
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.442	3.727
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.442	3.727
1.01.06.01.01	Ativos Fiscais a compensar	4.442	3.727
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	79
1.01.08.03	Outros	0	79
1.01.08.03.01	Outros Créditos	0	79
1.02	Ativo Não Circulante	144.026	144.905
1.02.02	Investimentos	143.978	144.897
1.02.02.01	Participações Societárias	143.978	144.897
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	91.737	89.067
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	52.241	55.830
1.02.03	Imobilizado	47	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	47	6
1.02.03.01.01	Móveis e Utensílios	47	6
1.02.04	Intangível	1	2
1.02.04.01	Intangíveis	1	2
1.02.04.01.02	Software	1	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	253.035	248.443
2.01	Passivo Circulante	33.921	34.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.704	9.703
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.704	9.703
2.01.02	Fornecedores	22.509	22.665
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.509	22.665
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.341	1.615
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.341	1.615
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.341	1.615
2.01.05	Outras Obrigações	367	367
2.01.05.02	Outros	367	367
2.01.05.02.04	Outros	367	367
2.02	Passivo Não Circulante	9.384	10.411
2.02.03	Tributos Diferidos	9.384	10.411
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.384	10.411
2.03	Patrimônio Líquido	209.730	203.682
2.03.01	Capital Social Realizado	118.055	118.055
2.03.04	Reservas de Lucros	69.685	69.685
2.03.04.01	Reserva Legal	7.138	7.138
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.790	14.790
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	38.506	38.506
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	9.251	9.251
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.859	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	14.131	15.942

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.336	24.946
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.155	22.115
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	91	380
3.04.04.01	Dividendos	0	375
3.04.04.02	Outras	91	5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.400	2.451
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.336	24.946
3.06	Resultado Financeiro	3	991
3.06.01	Receitas Financeiras	245	1.306
3.06.02	Despesas Financeiras	-242	-315
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.339	25.937
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	829	0
3.08.01	Corrente	829	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.168	25.937
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.168	25.937
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35432	2,20474

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	4.168	25.937
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.880	-14.415
4.02.01	Ganhos aval. v. justo invest. disp venda em soc não control e s/influencia significativa	2.572	-21.840
4.02.02	IR/CS diferidos sobre avaliação do período	-875	7.425
4.02.03	Outros resultados abrangentes - coligadas	183	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.048	11.522

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-857	234
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-230	161
6.01.01.01	Lucros (Prejuízos) do Período	4.168	25.937
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2	2
6.01.01.03	Resultado de Participações Societárias	-4.400	-2.451
6.01.01.05	Provisão Risco de Crédito	0	-23.327
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-627	73
6.01.02.01	Remuneração dos Investimentos	6.464	405
6.01.02.02	Ativos Fiscais a compensar	-717	-8
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	-2.175	-404
6.01.02.04	Contas a pagar - Partes Relacionadas	-156	2.265
6.01.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-4.122	-2.183
6.01.02.06	Contas a Receber - Partes Relacionadas	79	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	739	0
6.02.01	Aquisição de ativos imobilizado/Intangível	-41	0
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-17.495	0
6.02.03	Alienação de Investimentos	18.275	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118	234
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182	23
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64	257

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.055	0	60.435	0	25.192	203.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.055	0	60.435	0	25.192	203.682
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.859	-1.811	6.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.168	0	4.168
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.691	-1.811	1.880
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	3.691	-1.994	1.697
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	183	183
5.07	Saldos Finais	118.055	0	60.435	7.859	23.381	209.730

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.054	0	35.173	0	23.182	176.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.054	0	35.173	0	23.182	176.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.937	-14.201	11.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.937	0	25.937
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.201	-14.201
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-14.415	-14.415
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	214	214
5.07	Saldos Finais	118.054	0	35.173	25.937	8.981	188.145

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-292	23.021
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-292	-306
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	23.327
7.03	Valor Adicionado Bruto	-292	23.021
7.04	Retenções	-2	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-294	23.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.736	4.137
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.491	2.831
7.06.02	Receitas Financeiras	245	1.306
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.442	27.156
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.442	27.156
7.08.01	Pessoal	600	553
7.08.01.01	Remuneração Direta	600	553
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-735	292
7.08.02.01	Federais	-735	292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	409	374
7.08.03.01	Juros	242	314
7.08.03.02	Aluguéis	167	60
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.168	25.937
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.168	25.937

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias em empresas listadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão mantidas em sua carteira e da remuneração no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no primeiro trimestre de 2021, lucro líquido no valor de R\$ 4.168, inferior em 83,93% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 25.937.

As Receitas Totais no período findo em 31 de março de 2021, atingiram o montante de R\$ 4.736, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 14,46% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2020, estas no montante de R\$ 4.138.

No primeiro trimestre de 2021, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE.

O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 3 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e da atualização monetária dos dividendos a pagar, do exercício de 2020. Tal resultado foi inferior em 99,74% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 991.

As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 1.115 no primeiro trimestre de 2021. Observa-se uma redução de 4,71% em relação ao mesmo período de 2020, quando seu valor foi de R\$ 1.212.

As despesas com pessoal, serviços de terceiros e tributos tiveram redução de 18,52% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Coronavírus (“COVID-19”)

A pandemia do novo coronavírus passou a orientar todos os cenários da Eletropar, no decorrer de 2020, se mantendo em 2021, causando impactos ao ambiente de negócios da empresa.

Desde a chegada da pandemia ao Brasil, a reação das empresas Eletrobras foi rápida, graças a um preparo tecnológico prévio. De imediato, foram organizados comitês de crise com a participação dos presidentes das empresas coligadas. Isso permitiu agilizar processos de integração importantes, desenvolver protocolos comuns de operação, estratégias para proteção dos funcionários e ainda aprovar ações de responsabilidade social.

Todos os colaboradores da Eletropar foram alocados em regime de teletrabalho. A Eletropar também integrou os esforços comandados pela holding para enfrentar os desafios impostos pela crise sanitária. Participamos da elaboração conjunta e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



assimilamos protocolos específicos desenvolvidos pelas empresas Eletrobras, visando manter a segurança de funcionários, diretores e conselheiros, assegurando a continuidade das operações. Ao mesmo tempo, seguimos as recomendações do Ministério da Saúde e do governo do Rio de Janeiro.

Na condição de empresa de capital aberto, a Eletropar seguiu ainda as orientações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), por meio do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, para que companhias e auditores independentes avaliassem criteriosamente eventuais impactos da pandemia nos negócios, mapeando os possíveis riscos. Apesar das incertezas com a pandemia, não identificamos riscos à continuidade de nossas atividades, nem às estimativas contábeis. Tampouco foram registrados impactos diretos significativos da crise provocada pela disseminação da Covid-19 em nossas operações.

Num primeiro momento, o mercado de capitais sofreu grande impacto desde a chegada da Covid-19 ao país, registrando quedas acentuadas no valor dos papéis negociados na B3. O setor elétrico também foi bastante impactado pela crise sanitária.

Entre os efeitos negativos com reflexos nos negócios das companhias elétricas destacam-se a significativa elevação dos níveis de inadimplência, resultado do aumento recorde do desemprego e da queda de renda da população, em meio às incertezas provocadas pela pandemia para os novos investimentos.

Devido ao cenário atípico e às características potencialmente imprevisíveis da pandemia, não é possível antever com clareza os cenários que porventura poderão se materializar, no futuro, para as operações da Eletropar. A despeito da chegada da vacina, não estão claros os efeitos da crise sanitária para a economia mundial. No Brasil, também não se sabe por quantos meses mais poderão durar, nem qual a intensidade e o tempo de duração dos impactos sobre a receita da empresa.

A correlação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo de energia elétrica indica potencial redução na demanda de energia, principalmente nos setores industrial e comercial, desde a chegada da pandemia ao país.

Considerando que uma das principais receitas da Eletropar é o recebimento de juros e dividendos sobre o capital próprio e por equivalência patrimonial de empresas do setor de energia, nessa conjuntura, existe a possibilidade de impactos negativos na receita operacional. No entanto, estima-se que tais impactos não afetarão a continuidade operacional da companhia, uma vez que possui baixa alavancagem financeira e uma situação adequada de liquidez.

A Administração da Eletropar não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

No primeiro trimestre de 2021, houve valorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa n.º 10, de R\$ 2.573 (R\$ 1.698, líquido dos efeitos tributários), com contrapartida em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da TAESA S.A, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e também, da Eletronet S.A. - Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 02 de abril de 2020, o Decreto Nº 10.304, de 1º de abril de 2020, que exclui do Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletrobras Participações S.A. - Eletropar. Pela MP 1.031 de 23 de fevereiro de 2021, a desestatização da Eletrobras S.A ocorrerá nos termos do disposto na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

A Administração da Companhia aprovou as informações trimestrais em 12 de maio de 2021.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, considerando as alterações

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



introduzidas pelo novo pronunciamento técnico CPC 06 (R2), equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 19 de março de 2021.

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.1.1 Informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à elaboração de Informações financeiras intermediárias - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantidas no Banco do Brasil e na CEF são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) Risco de Descasamento - A performance do fundo pode não refletir integralmente a performance do benchmark, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.
- c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.
- d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS.
- e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.
- f) Risco de Conjuntura - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.
- g) Risco Sistêmico - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN.
- h) Risco Regulatório - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Análise de sensibilidade

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	0,26%	0,78%	0,90%	0,66%
Rendimento das Aplicações Financeiras	245	738	849	628

* Taxa para o período de três meses encerrados em 31 de março de 2021.

Para análise de sensibilidade, foi considerado como cenário provável a média da taxa Selic atual de 3,50% e a projeção das Empresas Eletrobras de taxa 2,75% a.a., sendo considerado como cenário remoto e provável a variação de 15% para cima e para baixo, respectivamente.

IV – Risco de crédito das operações com a Eletronet

A Eletronet tem pago, dentro do prazo de vencimento, desde fevereiro de 2020, a remuneração referente ao direito de uso das fibras ópticas. Porém, considerando a situação financeira atual da Eletronet, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a Eletropar reconheceu nas suas demonstrações financeiras intermediárias de 2021 provisão quanto a totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. A Eletropar possui um Comitê de Investimentos com o objetivo de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de

www.eletobraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 31 de março de 2021.

	31/03/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	52.241	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	96.564	-	-
	148.805	-	-
	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	55.830	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	92.442	-	-
	148.272	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

www.eletpar.com.br

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


31/03/2021			
Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	-	52.241
Aplicações financeiras	-	96.564	-
Remuneração dos Investimentos	7.939	-	-
7.939	96.564	52.241	156.744

31/12/2020			
Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	-	55.830
Aplicações financeiras	-	92.442	-
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	-	-
Remuneração dos Investimentos	7.108	-	-
Outros Créditos	79	-	-
7.187	92.442	55.830	155.459

31/03/2021		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total	
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.459	22.459

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Contas a pagar - Outros	50	50
	22.509	22.509
31/12/2020		
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.579	22.579
Contas a pagar - Outros	86	86
	22.665	22.665

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Para efeito deste relatório, não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa nenhuma aplicação de liquidez imediata.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	64	182
	64	182

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE, FAE2 e Extra VI IRFM 1, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os rendimentos financeiros brutos até março de 2021 são de R\$ 245 .

www.eletrobraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Os fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/03/2021
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	71.353
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	25.211
			96.564

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2020
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	67.890
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	24.552
			92.442

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia.

	31/03/2021	31/12/2020
EDP – Energias do Brasil	436	436
CTEEP	7.296	3.204
EMAE	207	3467
	7.939	7.108

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencente a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte", que, quando citadas em conjunto, são denominadas simplesmente de "Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Eletropar e as Cedentes ("Contrato de Cessão de Direito de Uso") e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.) em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração ("Contrato de Constituição do Direito de Acesso").

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Mantendo-se a Eletronet em situação falimentar, sob gestão de interventor nomeado judicialmente, até o dia 18 de dezembro de 2015.

Em 27 de novembro de 2015, a Eletropar, LT Bandeirante Empreendimentos Ltda e a Eletrobras assinaram um primeiro "Memorando de Entendimentos", onde foram definidas as condições para o encerramento da Falência da Eletronet e as obrigações das partes, bem como as condições para celebração de aditivos aos contratos. Na sequência, foi assinado um segundo Memorando de Entendimentos, do qual faziam parte também os credores mais relevantes da ELETRONET, com o mesmo intuito do primeiro, isto é, reunir condições para o levantamento da falência da ELETRONET.

Foi, assim, realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela aprovação dos termos dos Memorandos de Entendimento para o levantamento da falência da Eletronet.

Com base nos valores definidos pelos dois Memorandos de Entendimentos, a Eletropar celebrou, em caráter preliminar, o Contrato de Confissão de Dívida – CCD, referente ao período de cobrança de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, dos serviços de cessão e compartilhamento de fibras óticas e infraestrutura.

No dia 20 de fevereiro de 2020, a Eletropar celebrou com a Eletronet os seguintes instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida Eletronet/Eletropar e 4º termo aditivo ao Contrato ECE- 1165/99.

Em paralelo, a Eletropar celebrou na mesma data, com as empresas Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas (Cedentes), os instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida Eletropar/Cedentes e o 9º termo aditivo ao Contrato ECE-1166/99.

Os Contratos de Confissão de Dívida, coligados, definiram a questão sobre os valores referentes à cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras óticas disponibilizadas e/ou não ativadas, para o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020, que serão cobrados da Eletronet e repassados, pela Eletropar, às Cedentes.

Deste modo, a Eletronet confessou e reconheceu, ser devedora da Eletropar, e por sua vez, a Eletropar, confessa e reconhece ser devedora das Cedentes, no montante de R\$ 130.000 mil, em valores históricos relativos à data-base de 31/01/2019, cuja eficácia está condicionada à anuência da ANEEL à prorrogação dos contratos.

Outrossim, a Eletrobras e as empresas CEDENTES solicitaram, em 20/02/2020, à ANEEL, por meio da CTA-PR-0581/2020, a anuência do Termo Aditivo nº 09 ao Contrato ECE-1166/99. Nos últimos dias de outubro de 2020, a ANEEL solicitou às partes que apresentassem a proposta de prorrogação da relação por meio de novos contratos, nos mesmos moldes do Termo Aditivo nº 9, eis que entendeu ser incabível a forma de aditivo. Os novos contratos foram, então, apresentados à ANEEL em 03/11/2020 e ainda estão em análise pelo órgão regulador.

A remuneração da Eletropar, vale destacar pelo exclusivo gerenciamento dos interesses das Cedentes, neste CONTRATO, constituir-se-á do valor resultante da

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor líquido mensal recebido, pela Eletropar, da Eletronet.

Os valores serão reajustados com periodicidade anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Todos os demais valores recebidos pela Eletropar, seja a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimento provenientes de sua participação acionária na Eletronet, serão repassados às Cedentes.

Com a renovação desses contratos, além dos créditos assumidos no contrato de confissão de dívida, a Eletronet também reconhece:

1) A obrigação de pagar a Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000 mil, referente aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras óticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015);

2) A obrigação de pagar aos Credores Quirografários que houverem optado pela novação com constituição de garantia, em Valor Superior a R\$ 100 mil, o valor equivalente a R\$ 6.560 mil por cada período de 1 (um) ano adicional que o Contrato de Cessão de Uso tiver sido prorrogado ou que a Eletronet tiver autorização para continuar a explorar os ativos e bens cedidos por meio de tal contrato, limitados ao valor de R\$ 131.204 mil. A Eletropar tem direito ao um percentual de 10,63% sobre o valor corrigido, que até março de 2021 é de R\$ 21.367.

Os contratos celebrados são classificados como “contratos coligados”, pois foram negociados com um único objetivo comercial e o valor a ser pago, depende do pagamento dos outros valores com a Eletronet.

Com a renovação dos contratos, foi excluída a solidariedade da Eletropar com relação aos créditos da Eletronet. Deste modo, a obrigação da Eletropar deve ser reconhecida à medida que os valores forem efetivamente pagos pela Eletronet, equalizando assim, a posição entre o ativo e passivo envolvidos na operação.

Segue abertura dos créditos Eletronet:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a Receber (31/03/21)
Contrato Confissão de Dívida - CCD	141.486	-	141.486
MOU (2013 a 2015)	15.000	-	15.000
Crédito renovação contrato	21.367	-	21.367
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	(19.238)	-
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	18.406	(16.784)	1.622
Saldo patrimonial da operação	<u>215.497</u>	<u>(36.022)</u>	<u>179.475(*)</u>

(*) Valor integralmente provisionado em PCLD.

Segue abertura do passivo com as Cedentes, considerando os valores recebidos pela Eletronet:

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	Valores CAIXA	Repasse Cedentes	Saldo a Pagar (31/03/21)
Crédito ROW – até 19/02/20	19.238	-	19.238
Crédito ROW – a partir de 20/02/20	16.784	(16.784)	-
Remuneração Fundo Invest. CEF	1.520	-	1.520
Saldo patrimonial da operação	<u>37.542</u>	<u>(16.784)</u>	<u>20.758</u>

Segue a composição líquida do contas a receber Eletronet x contas a Pagar Cedentes:

	31/03/2021	31/12/2020
Contas a Receber - Eletronet	179.475	177.219
Contas a Pagar - Cedentes	(200.233)	(197.957)
Saldo patrimonial da operação	<u>(20.758)</u>	<u>(20.738)</u>

O valor de R\$ 20.758 refere-se aos valores já recebidos da Eletronet e depositados na Caixa Econômica Federal. No contrato celebrado com as cedentes, a Eletropar assumiu o compromisso de repassar às Cedentes os valores corrigidos, já recebidos pela Eletronet e aplicados no Fundo Extramercado da Caixa Econômica. Estes valores recebidos referem-se a parte dos valores pagos do contrato de confissão de dívida, celebrado em fevereiro de 2018, e do direito de passagem (ROW) do período de fevereiro de 2019 a 19 de fevereiro de 2020.

Segue a composição líquida no resultado:

	30/03/2021	31/03/2020
Reversão/(constituição) PCLD - Eletronet	-	16.329
Rec. Despesa – Reversão complemento ROW (*)	-	6.998
Saldo resultado da operação	<u>-</u>	<u>23.327</u>

(*) Complementos no contas a pagar, com constituição de perda, referente as diferenças apuradas entre o quantitativo informado pela Eletronet e o confirmado pelas cedentes. Os valores foram reconhecidos em perdas, nos exercícios de 2017 (R\$ 5.498 mil) e 2018 (R\$ 1.500 mil).

I – Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa

Conforme estabelecidos nos contratos, a forma de satisfação do Crédito Cedentes, dependerá de como será satisfeito o Crédito Eletropar (Aumento de Capital pelo

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Terceiro Investidor, Aumento de Capital pela Eletropar ou Venda Conjunta). Como não há mais responsabilidade de solidariedade da Eletropar sobre os valores a pagar da Eletronet, os valores reconhecidos são os efetivamente recebidos pela Eletronet. Deste modo, a integralidade dos valores reconhecidos no passivo não circulante, foi revertido.

Deste modo, segue abaixo, a composição das obrigações da Eletropar para com as Cedentes.

	Abertura Saldos a Pagar	
	31/03/2021	31/12/2020
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.423	6.417
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	5.674	5.669
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.505	2.501
CGT Eletrosul	6.156	6.151
TOTAL	20.758	20.738
Passivo Circulante	20.758	20.738
Passivo Não Circulante	-	-

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/03/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras	18	3.589
IRPJ – exercícios anteriores	2338	56
IRRJ - antecipação	1331	-
CSLL – exercícios anteriores	225	7
CSLL - antecipação	480	51
Retenção na Fonte (Lei 10833)	26	-
COFINS/PIS	24	24
	4.442	3.727

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de março de 2021 está distribuída da seguinte forma:

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/03/2021	31/12/2020			
Energias do Brasil ¹	37.451	37.186	ON	1.892.432	0,31
Taesa ²	14.790	-	UNI T	380.000	0,04
Light ³	-	18.644	ON	-	-
	52.241	55.830			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Venda das ações da Light S.A

No dia 10 de dezembro de 2020, os conselheiros tomaram ciência da proposta do Plano de Rebalanceamento da Carteira de Ações da Eletropar, elaborado pelo Comitê de Investimentos da companhia, tendo os Conselheiros delegado poderes ao Comitê de Investimentos para definir quais ações serão compradas e vendidas, mantendo o Conselho informado. O referido plano apresentou indicativo de venda das ações da LIGHT S.A.

O Comitê de Investimento, com base no exposto na Proposta para o rebalanceamento da carteira de ações da Eletropar, sugeriu que fosse adotado a alienação da totalidade das ações de titularidade da Eletropar aproveitando a alta momentânea do mercado no volume total de 767.234 ações LIGT3 ao preço de mercado.

A Diretoria da Eletropar deliberou pela venda da totalidade das ações da LIGHT e a venda ocorreu no período de 08 a 20/01/2021, tendo gerado um ganho de R\$ 3.691, líquido de tributos. Este ganho foi transferido para lucros acumulados.

Compra ações TAESA

No mês de fevereiro de 2021 foram adquiridas 317 mil ações da TAESA, totalizando um investimento total de R\$ 12.113.

¹EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

²TAESA S.A - Taesa

³Light S.A. – Light

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.553.558	0,69
EMAE	PN	523.911	1,42
Eletronet	ON	149.999.001	49,00

No mês de fevereiro foram adquiridas 214.400 ações da CTEEP com o valor médio de R\$ 25,10, com o aumento de participação na CTEEP para 0,69%.

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067
Participação Societária	3.733	667	4.400
Aquis. De ações	4.476	-	4.476
JCP/Dividendos	(7.295)	-	(7.295)
Outros Result. Abrag. - ORA	183	-	183
Saldo em 31/03/2021	79.963	10.869	90.831
Ágio aquis. De ações	905	-	905
Saldo em 31/03/2021	80.868	10.869	91.737

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494
Participação Societária	20.859	2.820	23.679
JCP/Dividendos	(7.548)	(4.106)	(11.654)
Outros Result. Abrag. - ORA	(1.684)	(2.768)	(4.452)
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



	Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP	Partic. 0,691%
	CTEEP	
Patrimônio Líquido 31/03/21	13.307.781	91.971
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(1.821.503)	(12.008)
Saldo ajustado em 31/03/21	11.486.278	79.963

II.1 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE- 1165/99 e ECE- 1166/99, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, foi fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 29 de abril de 2021, foram aprovadas pela administração da Eletronet as Demonstrações Contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2021.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do exercício findo em 31 de março de 2021.

	Capital Social	Lucro (Prej.) acum.	Ajuste de Aval. Patrim.	Outros Res. Abrang.	Total
Saldo em 31/12/20	321.387	(520.289)	111.819	(114.442)	(201.525)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	2.219	(2.219)		-
Atualização monetária dos outros resultados abrangentes				(680)	(680)

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(758)	758	-
Prejuízo do 1º trimestre	-	(7.905)	-	(7.905)
Saldos em 31/03/21	321.387	(526.723)	110.348	(115.122)
				(210.110)

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 110.348, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886, em 2020 no montante de R\$ 5.885 e no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 1.471

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 29 de abril de 2021, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Patrimônio Líquido 31/03/21	(210.110)	(102.954)
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(110.348)	(54.071)
Saldo ajustado em 31/03/21	(320.458)	(157.025)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

II.2 Ativo e Passivo Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

31/03/2021						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,69	101.264	20.696.855	306.420	1.442.130	13.307.781
EMAE	1,42	86.902	1.413.990	-	735.373	765.519
Eletronet	49,00	691.713	16.425	-	316.614	(210.110)

31/12/2020						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	103.441	23.491.936	1.062.777	8.778.317	13.754.283
EMAE	1,42	86.413	1.558.010	-	925.910	718.513
Eletronet	49,00	745.385	42.466	-	880.652	(92.801)

II.3 Resultado Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

31/03/2021						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



CTEEP	232.208	17.188	(130.496)	(158.705)	582.624	(4.992)
EMAE	17.208	48.288	(175)	(17.845)	47.006	(359)
Eletronet	36.480	685	(17.327)	758	(7.905)	(7.349)

31/03/2020						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	577.770	177.503	(237.664)	(132.403)	392.454	(4.319)
EMAE (*)	405.996	94.899	(1.545)	(29.474)	92.636	(1.674)
Eletronet	28.873	650	(7.763)	758	(2652)	(8.809)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Avaliados ao valor justo	52.241	55.830
Avaliados por equivalência patrimonial	91.737	89.067
	<u>143.978</u>	<u>144.897</u>

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PARTES RELACIONADAS	22.459	22.579
ELETROBRAS	1.701	1.841
Cedentes*	20.758	20.738
TERCEIROS	50	86
TOTAL	<u>22.509</u>	<u>22.665</u>
CIRCULANTE	22.509	22.665
NÃO CIRCULANTE	-	-

*Item descrito na nota explicativa de nº 8.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

Notas Explicativas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>01/01/21 a</u> <u>31/03/21</u>	<u>01/01/20</u> <u>a</u> <u>31/03/20</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	3.339	25.937
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	1.135	8.818
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(1.496)	(961)
Provisão/(reversão) Crédito Eletronet	-	(7.931)
Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	(462)	-
Outros	(6)	-
	<u>(1.964)</u>	<u>(8.892)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(829)	(74)
Alíquota efetiva	-24,83%	-0,28%
Total de tributos reconhecidos no resultado	(829)	-
Parcela dos tributos reconhecida em ORA	1.901	-
Tributos devidos no período	<u>1.072</u>	<u>-</u>

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/2020	10.411
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(1.027)

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


Saldo em 31/03/2021	9.384
Saldo em 31/12/2019	11.847
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	(1.436)
Saldo em 31/12/2020	10.411

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**I – Capital Social**

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de março de 2021 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.552	1.915.985	16,29
	28.553	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de março de 2021, é de R\$ 17,83 por ação (R\$ 17,31 por ação, em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/21 a 31/03/21

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	4.168

Denominador

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
 MINAS E ENERGIA


Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,35432</u>

01/01/20 a 31/03/20

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	25.937
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>2,20474</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PASSIVO		
Contas a pagar		
- Eletrobras ⁴	1.701	1.841

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:
 - Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.

www.eletobraspar.com.br

Notas Explicativas
 MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA


	1.701	1.841
	31/03/2021	31/03/2020
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	378	412
Aluguel	167	60
Auditoria Externa	5	5
	550	477

II – Coligadas

CTEEP	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	7.295	7.548
Participação Societária	79.963	78.866
Ágio Participação Societária	905	-
	88.163	86.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	183	(1.684)
	183	(1.684)

	31/03/2021	31/03/2020
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	3.733	2.346
	3.733	2.346

EMAE	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	4.106
Participação Societária	10.869	10.201
	10.869	14.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	(2.768)
	-	(2.768)

	31/03/2021	31/03/2020
--	-------------------	-------------------

- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

www.eletobraspar.com.br

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RESULTADO		
Resultado com participações societárias	667	105
	667	105

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 9.

IV – Remuneração da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	217	281
Encargos Sociais	55	73
Benefícios	20	18
	292	372

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui processos com risco de desembolso futuro provável. No entanto, existem 3 processos remotos e 1 possível que atua como solidária, sendo Três originais da Eletronet e um da Eletrobras. O processo possível é no montante de R\$ 647 mil.

NOTA 17 – Evento Subsequente

I – Recebimentos crédito Eletronet

No mês de abril de 2021, a Eletronet realizou o pagamento de R\$ 1.622 mil referente a apuração do direito de passagem do mês de março de 2020.

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
*Diretor Financeiro, de Gestão e de
Relações com Investidores*

Guilherme Hijino de Oliveira
Contador
CRC-RJ-090773/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Eletrobras Participações S.A- Eletropar

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas no Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às Informações Trimestrais, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Portanto, os Diretores aprovam a emissão do Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores